

O NEOFASCISMO DISPUTANDO A EDUCAÇÃO NO BRASIL: FASCISMO COMO DETERMINANTE DO ESCOLA SEM PARTIDO

*NEO-FASCISM COMPETING EDUCATION IN BRAZIL: FASCISM AS A DETERMINANT OF
ESCOLA SEM PARTIDO*

 <https://orcid.org/0000-0003-1871-1065> Hilheno Oliveira Miranda ^A
 <https://orcid.org/0000-0003-3924-4996> Ennia Débora Passos Braga Pires ^B
 <https://orcid.org/0000-0003-3807-1798> Soane Santos Silva ^C

- ^A Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB),
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
- ^B Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB),
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
- ^C Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB),
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

Recebido em 16 abr 2024 | Aceito em: 16 jul 2024

Correspondência: Hilheno Oliveira Miranda (hilheno@hotmail.com)

Resumo

Após 2013, movimentos que defendiam posições antidemocráticas e neofascistas ganharam projeção. Parte destes é caracterizada como nova direita e o Escola sem Partido (ESP) é um dos integrantes desse grupo. Tais movimentos contribuíram com o golpe de 2016 em Dilma, para a eleição de Jair Bolsonaro a Presidente em 2018 e para construir a situação de intolerância em que o país se encontra. Assim, compreender estes grupos pode ajudar a entender o atual cenário de intolerância. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo demonstrar que o fascismo é um determinante do ESP. Para o Materialismo Histórico-dialético, nossa orientação teórico-metodológica, as determinações são traços constitutivos do fenômeno estudado, outros fenômenos que influenciam a maneira de existir do mesmo. Através da pesquisa bibliográfica, o estudo aponta similaridades e características fascistas no ESP que põem em risco a liberdade de ensinar e de aprender, contribuindo para uma constante perseguição a categoria docente.

Palavras-chave: Escola sem Partido; Fascismo; Determinação; Neofascismo.

Abstract

After 2013, movements that defended anti-democratic and neo-fascist positions gained prominence. Part of these is characterized as new right and Escola sem Partido (ESP) is one of the members of this group. Such movements contributed to the 2016 coup in Dilma, to the election of Jair Bolsonaro as President in 2018 and to building the situation of intolerance in which the country finds itself. Therefore, understanding these groups can help to understand the current scenario of intolerance. In this sense, this work aims to demonstrate that fascism is a determinant of ESP. For Dialectical Historical Materialism, our theoretical-methodological orientation, determinations are constitutive traits of the phenomenon studied, other phenomena that influence the way it



exists. Through bibliographical research, the study points out similarities and fascist characteristics in ESP that put the freedom of teaching and learning at risk, contributing to constant persecution of the teaching category.

Keywords: Escola sem Partido; Fascism; Determination; Neo-fascism.

Introdução

Estudos apontam que nos últimos anos movimentos conservadores e reacionários alinhados à direita e a extrema-direita ganharam maior musculatura após a crise que atingiu o mundo em 2008 (FRIGOTTO, 2018; LÖWY, 2020; MOURA, 2018; SALLES, SILVA, 2018). Esta recente crise, que “provocou maior destruição de capital e empregos do que a Grande Depressão de 1929” (RÊSES, 2014, p. 169), chegou com força ao Brasil no início da década de 10 deste século.

Uma parcela desses movimentos – alguns deles com pautas neofascistas – que, apesar de já existirem, se tornaram mais fortes, principalmente após as passeatas de 2013, são caracterizados como pertencentes a um novo conservadorismo, que também é conhecido como nova direita. E o Escola sem Partido (ESP) é apontado como um dos grupos que faz parte desta nova direita no Brasil (FREITAS, 2018; LACERDA, 2019; MIRANDA, 2022).

De acordo com Lacerda (2019, p. 17-18), essa nova direita que desponta no Brasil, além de não ser homogênea, dentre outras coisas, é uma versão tupiniquim do neoconservadorismo norte-americano.

O que se entende aqui por novo conservadorismo brasileiro é uma parcela dessa direita; é o ideário que hegemonizou a direita e levou Bolsonaro à presidência. A nova direita é aquela em torno da família tradicional, do anticomunismo e do militarismo; e de valores de mercado, nesse aspecto, com várias nuances. Diferente de outras articulações conservadoras, o eixo de gravidade do neoconservadorismo norte-americano – e do novo conservadorismo brasileiro – é a atuação da direita cristã baseada na ideia de que a família – e não o Estado – é a resposta para toda a ordem de disfunções sociais. Outro diferencial é uma dinâmica específica de reação. Quando os movimentos feministas e LGBT ganharam espaço na sociedade e chegaram a ter algumas demandas institucionalizadas, a reação a essas pautas, justificada na defesa da família tradicional, passaria a ser o eixo dessa ação política cada vez mais radicalizada. Isso nos Estados Unidos há quarenta anos e contemporaneamente no Brasil.

O filme *O Ovo da Serpente*, de Ingmar Bergman, retrata muito bem como o ambiente de precariedade e desagregação social provocado durante uma crise aguda pode ser um fator desencadeador de manifestações e regimes autoritários e antidemocráticos desde o período retratado na película, mostrando o que ocorreu na Europa, com o fascismo, na primeira metade do século passado (FRIGOTTO, 2017). No referido caso, a arte expressou não só o que pôde ser constatado empiricamente em um

período histórico específico, mas também o que falam teóricos como Konder (2009) e Mascaro (2018) e Costa (2020): o fascismo e o recrudescimento de segmentos reacionários e conservadores são manifestações que ganham força em períodos de crise e podem servir como alternativa para reorganizar o próprio sistema capitalista diante de um cenário econômico e político adverso.

Frigotto (2018, p. 20), após questionar quais determinações propiciaram o ressurgimento do neofascismo e neonazismo nestas circunstâncias de crise, responde que alguns estudos nos ajudam “a entender essa regressão e seus custos humanos resultantes da fome, do desemprego, da violência e do ódio ao diferente e ao pobre, que, entre nós, especialmente desde 2014, assume traços de morbidez”. Os estudos, como o de Lacerda (2019), sobre o novo conservadorismo, a nova direita no Brasil, apontam que a atuação de movimentos pertencentes a este campo contribuiu para a efetivação do golpe que destituiu Dilma da presidência em 2016, bem como para a eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República em 2018.

Ou seja, compreender a fundo os movimentos pertencentes à nova direita, dentre eles o ESP – identificar quais são as suas influências, quais as suas características, como atuam, etc – nos ajudará a compreender como chegamos ao cenário político que o país se encontra. Tal entendimento também é importante para auxiliar em um enfrentamento qualificado a estes grupos, inclusive para evitar que estes aumentem seu raio de influência, ganhem mais espaço e continuem propagando suas pautas autoritárias e antidemocráticas.

Apesar de ter surgido em 2004, sob forte influência de Olavo de Carvalho e do Instituto Liberal de Brasília, o ESP só ganhou projeção nacional cerca de dez anos depois (PENNA; SALLES, 2017). Em seu início, a principal bandeira do movimento era a se mostrar contra uma suposta doutrinação de esquerda que, segundo o ESP, era realizada por professores/as nas salas de aula. Mas, segundo Miguel (2016), a adesão à luta contra uma suposta “ideologia de gênero” contribuiu de maneira significativa para o crescimento do movimento. “O conceito” de ideologia de gênero nunca foi formulado ou encampado por estudiosas/os que estudam gênero, sendo elaborado na década de 90 por “pensadores/as” ligados à Igreja Católica em reação aos estudos e discussões relacionadas a gênero, distorcendo-as completamente e acusando tais estudos de

fazerem parte de uma “ideologia antifamília”.

Em boa parte de sua trajetória, o ESP estabeleceu uma relação de ajuda mútua com o atual Presidente, Jair Bolsonaro e sua família. Podemos destacar como uma das primeiras parcerias entre ambos o engajamento contra o Programa Escola sem Homofobia, que foi apelidado pejorativamente pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro como “kit gay”. Os dois primeiros projetos de lei do Escola sem Partido também foram criados em 2014, a pedido do então Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, e do Vereador do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro.

Também em 2014 se deu o feito do ESP que o tornou conhecido nacionalmente. Encampando uma luta contra a suposta “ideologia de gênero” que estaria contida no Plano Nacional de Educação (PNE), parlamentares ligados ao movimento conseguiram pautar a formulação do documento, sendo retirados os termos que visavam o combate a desigualdades relacionadas a gênero e orientação sexual.

Além de tentar censurar conteúdos que são ensinados nas escolas e que não estão de acordo com sua concepção de mundo – heteronormativa, cristã, racista e elitista –, o ESP classifica como “doutrinadores/as” professores/as que trabalham de maneira crítica. O movimento vive atualmente um momento de ostracismo após, no final da década passada, o seu fundador, Miguel Nagib, se desentender com – o hoje falecido – Olavo de Carvalho. Porém, independente da falta de holofotes voltados para o ESP nos dias atuais, mesmo sem ter uma lei aprovada nacionalmente com seus preceitos, o que o ESP defende põe em risco a liberdade de ensinar e de aprender e consegue promover uma perseguição constante a docentes que problematizam a concepção de mundo defendida pelo movimento. Como se não bastasse isso, Miranda e Pires (2021b, p. 80) ressaltam que o ESP também disputa a educação que está presente no dia a dia, que se dá fora dos muros das instituições de ensino:

Para além da disputa pela educação escolarizada, através da tentativa de aprovação de projetos de lei a nível nacional, em estados e municípios, este movimento reacionário também disputa a educação fora das instituições escolares. A propagação de suas ideias como a “ideologia de gênero”, a “doutrinação ideológica”, o “marxismo cultural”, dentre outras, ganharam capilaridade na sociedade, nas redes sociais e são constantemente reproduzidas nas discussões cotidianas, estando presentes, inclusive, no plano de governo do atual Presidente da República (BOLSONARO, 2018), um de seus principais apoiadores.

Partindo da premissa que a realidade não tem início com a gênese do objeto estudado, destacamos a afirmativa de Frigotto (2017, p. 18) que aponta a necessidade de compreender não só o objeto que estudamos, mas também identificar, compreender e historicizar outros fenômenos que atuam como determinante dele:

As teses do Escola sem Partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais.

Nessa toada, o autor alerta que o patrulhamento ideológico que criminaliza docentes e o pensamento de esquerda, a ameaça aos fundamentos democráticos, a apologia à intolerância, dentre outros atributos promovidos pelo ESP, são ingredientes que ajudaram a construir o terror do nazismo e do fascismo na Europa.

Escola sem Partido avança num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde (FRIGOTTO, 2017, p. 31).

Dito isso, buscando trazer importantes contribuições levantadas a partir de pesquisa bibliográfica para a compreensão do ESP, um dos integrantes desta nova direita no Brasil, o presente trabalho tem como objetivo central demonstrar como o fascismo é um dos determinantes do movimento Escola sem Partido. Para o Materialismo Histórico-dialético (MHD) – orientação teórico-metodológica deste estudo – determinantes, ou determinações, são traços constitutivos do objeto estudado, outros fenômenos que condicionam, influenciam a forma de existir do objeto. Nas palavras de Marx (2011, p. 40), “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade”. Ou seja, quanto mais conhecemos os determinantes do objeto, também será maior o nosso conhecimento sobre ele.

Dessa forma, o próximo tópico do trabalho, ao passo que buscará discutir o fascismo como fenômeno histórico, irá destacar características importantes deste, que se conectam e podem ser observadas no Escola sem Partido. Posteriormente, serão apresentadas as conclusões do estudo, com uma síntese das discussões empreendidas neste trabalho, como também algumas considerações acerca da importância do aprofundamento dos estudos sobre o ESP e de grupos pertencentes à nova direita no Brasil.

O fascismo como determinante do Escola sem Partido

O termo “fascismo” tem sido empregado nos debates e em diversos textos como sinônimo de posturas autoritárias e antidemocráticas. Na ditadura militar brasileira, que se iniciou na década de 60, bem como nas ditaduras contemporâneas da América Latina, este termo também tem sido empregado de forma recorrente para adjetivar os respectivos regimes. No entanto, para além deste recorrente emprego, não podemos deixar de levar em consideração que o fascismo é muito mais do que uma simples palavra utilizada para a adjetivação. O fascismo é um fenômeno histórico de grande projeção que ceifou milhares de vidas e solapou a democracia na Itália, na Alemanha, dentre outros países, cujas características e influências ecoam no mundo até os dias atuais.

Diante deste cenário, recorreremos principalmente às importantes contribuições de Konder (2009) e Eco (2018) para delinear uma melhor compreensão sobre o fascismo. Como já pontuamos, o ESP fomenta práticas fascistas – como a criminalização e perseguição à esquerda, e também a utilização do medo como instrumento político – na educação. Nesse sentido, para entender melhor as práticas e pautas do movimento, buscaremos aqui apontar as similaridades e conexões do fascismo com o ESP que determinam a existência deste movimento reacionário.

De acordo com Iasi (2009), Konder, autor brasileiro, em 1977, publicou um verdadeiro estado da arte sobre o tema com o livro *Introdução ao fascismo* e, por mais que o texto tenha sido publicado há mais de 40 anos, este estudo permanece bem atual. Eco (2018), por sua vez, é italiano e chegou, quando criança, a ver Mussolini governando seu país e foi educado aos moldes fascistas. O livro *O Fascismo Eterno* (Eco, 2018) é resultado de uma palestra que o autor realizou em 1995, em uma universidade americana, para celebrar a “libertação da Europa”. Pouco antes da realização da palestra, o termo fascismo reapareceu nos Estados Unidos por conta da descoberta de organizações de extrema-direita no país.

Pela datação das referidas obras, a discussão sobre o fascismo feita nelas aparece em dois momentos distintos e distantes geográfica e temporalmente entre si, bem como estão distantes da primeira manifestação fascista, na Itália, a qual ficou mundialmente conhecida. Como alerta Konder (2009), é sintomático e preocupante que outros

movimentos, em lugares e momentos diferentes, também sejam classificados como fascistas. E, o recrudescimento conservador e reacionário auxiliado pela crise no último período contribuiu para que, novamente, esse termo voltasse a ser bastante utilizado.

Os dois autores apontam a dificuldade de deixar bem delimitado o que seria uma “essência fascista”, ou um “perfil fascista”, pois o chamado fascismo clássico, ou fascismo histórico – que aconteceu na Itália e na Alemanha – sofreu uma série de adaptações ao longo de sua existência e também não tem uma base teórica sólida, sendo uma junção de diferentes elementos e leituras filosóficas superficiais e distintas. Os autores também lembram que o fascismo italiano foi o primeiro a ganhar projeção mundial, servindo de referência para o fascismo alemão – o nazismo – e, posteriormente, para os governos e movimentos fascistas implementados em outros países, como na Espanha, em Portugal, na Polônia, dentre outros.

Konder (2009) pontua que se deve analisar o fascismo não como algo imutável, mas em seu desenvolvimento, pois algumas leituras que querem circunscrever este fenômeno a um período histórico e geográfico específico têm uma intenção política específica, que está alinhada à direita. O objetivo dessa delimitação temporal e geográfica, segundo o autor, é escamotear as dimensões mundiais que o fascismo tomou para além daquele momento, reaparecendo e se reorganizando sempre ligado a partidos e grupos de direita, conservadores e reacionários, e até sob vestes democráticas. “A direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie” (KONDER, 2009, p. 27).

Observada a ponderação de dinamicidade do objeto feita por Konder (2009), nota-se que a realidade não é estática, assim como as determinações que proporcionam a existência do fenômeno também não são estáticas e imutáveis. Um exemplo disso é que o sistema capitalista que foi vivenciado por Marx e Engels, apesar de continuar sendo o sistema capitalista até hoje, carrega consigo várias modificações até os dias atuais. Da mesma maneira, o capitalismo manifesta singularidades em diferentes continentes e países, inclusive no mesmo momento histórico. Nesse sentido, o objeto, mesmo sendo mutável, deve carregar consigo alguns traços, apresentar algumas características em comum, para continuar sendo “ele mesmo” em sua essência. E, são esses traços, essas características em comum do fascismo com o Escola sem Partido, que buscaremos identificar aqui.

Para Eco (2018, p. 44), identificar um movimento ou governo como fascista está relacionado a um padrão de manifestações de características, que nem sempre são as mesmas que se manifestam nos diferentes grupos, sendo “suficiente que uma delas se apresente para fazer com que se forme uma nebulosa fascista”. Konder (2009), além de levantar características que transcendem as manifestações observadas na Itália e Alemanha, buscou identificar as circunstâncias que propiciaram o surgimento do fascismo clássico. Dentre elas – assim como aconteceu com o ESP – a crise cumpre um papel de destaque (MIRANDA; PIRES, 2021a).

De acordo com Konder (2009), a crise gerada por conta da Primeira Guerra (1914-1918), acentuou bastante os problemas sociais, tanto da Itália, quanto da Alemanha, e fez com que, além da insatisfação da população diante da pobreza, ex-combatentes ficassem ainda mais frustrados ao retornarem para seus países, sendo que muitos deles estavam com sequelas do combate. Em situações de crise, o medo e a insegurança, diante dos problemas crescentes, aliado à imprevisibilidade e ao desconhecimento do futuro incerto, fazem com que, dentre outras coisas, sejam escolhidos inimigos da nação, apontados como responsáveis pelos problemas que estão enfrentando. E, aponta Costa (2020), como os/as fascistas defendiam posições extremadas ligadas à direita, eles/as viam os/as comunistas – que, tomando como exemplo a Revolução Russa em 1917, estavam em uma crescente naquele período – como ameaças reais a serem destruídos/as.

Fazendo um paralelo com relação à influência que a instabilidade e os problemas gerados pela crise tiveram para fortalecer do ESP, Frigotto (2018) e Penna (2018, p. 92) apontam que o momento de impulsão para o crescimento do movimento está “ligado ao contexto de crise política, que fortalece o avanço conservador”. Salles e Silva (2018, p. 159) também seguem nesta direção, ratificando que o ESP “se articula com sucesso à onda conservadora que surge desde 2013-2014”, apontando que esse cenário foi propício para o crescimento do ESP.

Retomando às contribuições de Costa (2020) sobre o fascismo, a autora, ao estudar este fenômeno histórico, sobretudo a sua faceta alemã, rastreou a origem da expressão “marxismo cultural” – termo utilizado por grupos reacionários e conservadores na atualidade, dentre eles o ESP, para atacar a esquerda e que também é encontrado no plano de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (Bolsonaro, 2018). Esta expressão foi vista

a primeira vez no livro *Mein Kampf* [Minha Luta], de Adolf Hitler, sendo uma espécie de fusão entre marxismo e uma conspiração judaica internacional. A autora destaca que o ódio aos judeus fomentado no livro de Hitler foi inspirado n'Os protocolos dos sábios de Sião, uma fraude literária publicada em 1906 por um integrante de um grupo de extrema-direita russo, que construiu uma teoria da conspiração antisemita, repleta de generalizações, charlatanismos, planos de destruição da civilização ocidental através da inserção em vários espaços, como a educação. Cabe lembrar que, diante do exposto, como Karl Marx era de origem judaica e era uma das principais referências comunistas, isso reforçou ainda mais a pecha que, tanto a fraude literária, quanto Hitler, colaram na esquerda como sendo um inimigo a ser combatido.

É importante frisar que, de acordo com Konder (2009) e Eco (2018), os dois fatores destacados anteriormente – o “gatilho” disparado pela crise, junto com a demonização e combate aos/as comunistas –, foram desencadeados no período do fascismo histórico, não de forma espontânea, mas de maneira similar ao modo que se deu a ascensão recente da extrema-direita no Brasil – atrelada a formas de sociabilidades construídas historicamente naqueles lugares. Esses dois fatores estão ligados ao “apelo às classes médias frustradas, desvalorizadas por alguma crise econômica ou humilhação política, assustadas pela pressão dos grupos subalternos”, como uma das características fascistas que Eco (2018, p. 50) aponta. Esse apelo às classes médias surte efeito, pois ele surge como uma sensação de insegurança, de desvalorização, de segmentos sociais que antes tinham determinados privilégios, seja por fatores econômicos trazidos pela crise, ou pela conquista de espaços sociais por grupos que antes não conseguiam acessá-los.

Os pontos observados, até agora, coincidem com a forma que o ESP se estruturou. A adoção de “diferentes bases teóricas” feita pelo fascismo pode ser observada com a pauta contra a esquerda, que foi primeiramente adotada pelo movimento ESP, e a posterior adesão às pautas trazidas por setores religiosos – como o combate a ideologia de gênero – como forma de fomentar seu crescimento. As bandeiras defendidas por religiosos fundamentalistas trazem “vantagens retóricas”, já que as questões defendidas por setores religiosos fundamentalistas ganham “*status* de verdade” legitimadas pela fé e não são questionadas pelos fieis, como nos lembram Miguel (2016) e Vieira (2018).

A crise também foi um momento de crescimento do ESP, assim como a perseguição à esquerda – como forma de tentar conservar e ampliar privilégios, evitando que estes sejam questionados, também através de um apelo as classes médias – são características marcantes do ESP. Konder (2009) aponta que alguns fatores, a exemplo da demonização da esquerda, ajudaram o fascismo clássico. E, à luz das contribuições do autor, podemos observar atualmente que essa característica fascista foi reutilizada pelo ESP.

De maneira geral, todo pensamento de direita que, ao longo do século 19, se empenhou na “demonização” da esquerda, desempenhou um papel significativo na preparação das condições em que o fascismo pôde, mais tarde, irromper. A “demonização” do adversário facilitaria à direita fascizante libertar-se em face dele de alguns escrúpulos mantidos pela postura “aristocrática” do conservadorismo tradicional: quem não é implacável na luta direta contra Satanás torna-se pecador infame e perde a sua alma (KONDER, 2009, p. 60).

Foi desse substrato herdado da crise que floresceu o nacionalismo exacerbado fascista e, a partir dele, se desdobram algumas outras características apontadas pelos dois autores. O nacionalismo fascista cria, através da retórica, uma nação de tipo ideal que seus/uas adeptos/as defendem cegamente. Porém, essa “nação imaginária”, “cheia de glórias” e que lhes enche de orgulho, é diferente do país real onde se vive – repleto de problemas e desigualdades. Para sustentar esse mito, do “privilégio de ter nascido naquele país”, cria-se o mito “do povo”, que também é fictício. A essa característica Eco (2018) chamou de “populismo qualitativo”. Tanto ele, quanto Konder (2009), explicam que essa estratégia demagógica de criar o “povo”, que seria expressão da vontade comum da nação, sempre tem como intérprete os/as líderes fascistas que, por sua vez, escamoteiam seus interesses ligados às classes dominantes.

O pretense nacionalismo fascista, ao contrário, por seu conteúdo de classe e pelas condições em que é posto em prática, exige a manipulação das massas populares, limita brutalmente a participação ativa na luta política em que são utilizadas, impondo-lhes diretivas substancialmente imutáveis “de cima para baixo” (KONDER, 2009, p. 39-40).

Inflando seus/uas seguidores/as com a ideia de que pertencem a “um povo especial” e se colocando como porta-vozes dos/as mesmos/as, os/as líderes fascistas ficam com o caminho livre para manipulá-los, elegendo seus inimigos dentro e fora do país. E, não por acaso, esse “populismo qualitativo” também é adotado pelo ESP.

Algebaile (2017) trouxe importantes contribuições para o conhecimento da forma centralizada como o ESP se organiza e atua, identificando uma contradição do movimento que ajuda a esconder como funciona sua dinâmica interna.

Na explicação da autora, ao passo em que o ESP forja a imagem de que tem uma ampla adesão e participação social – representando propósitos comuns de milhares de pais, mães, estudantes e docentes –, esconde que sua estrutura organizacional é bem delimitada, centralizada, personalizada, ligada a interesses econômicos, políticos e socioculturais ultraconservadores. O grupo de militantes e colaboradores que contribui com o movimento é restrito e tem ligações específicas a partidos políticos, a ramos da mídia e a segmentos religiosos. A partir dessa estrutura organizacional rígida, a autora defende que o Escola sem Partido é “uma organização” e não “um movimento”.

De fato, se observarmos como a associação, a “entidade” Escola sem Partido, se organiza e atua, ela pode ser entendida da forma que explica a autora – como uma organização. No entanto, optamos, aqui, por chamar o Escola sem Partido de movimento, pois entendemos que, assim como o fascismo – que começou como um movimento e só posteriormente chegou a se tornar regime de governo –, as ações, a militância e a pautas defendidas pelo ESP transcendem a ação da organização. Por exemplo, por mais que o ESP disponibilize modelos de projetos de lei, algum/a representante do poder legislativo, por identificação com as pautas, pode formular uma lei com as bandeiras que o movimento capitalizou sem que a entidade ESP saiba. Ou, as pautas capitalizadas pelo movimento, como o anticomunismo e o combate a ideologia de gênero – que ganharam relevância sendo reutilizadas por ele – podem influenciar na formulação de políticas públicas sem a ingerência centralizada da organização ESP.

Independente da definição do ESP como movimento ou como organização, entendemos que o relevante estudo de Algebaile (2017) contribuiu para identificar mais uma característica fascista na forma de atuar do ESP – o “populismo qualitativo” destacado acima. Seguindo a nossa análise, no fascismo, o sentimento de pertença a um povo idealizado, que representa “a vontade geral” da nação, faz com que “não seja tolerada discordância”, “não seja tolerada a diversidade” – pois, fugir dos “padrões e características” do povo é sinal de que a pessoa é “inferior” – o que, por tabela, justifica o racismo manifestado pelo fascismo (Eco, 2018).

Para sustentar essa narrativa, Eco (2018) ressalta que os/as fascistas têm obsessão por conspirações, tanto internas, quanto externas – daí a xenofobia – e, por isso, é fomentada uma “sensação de guerra constante”, sem trégua, para destruir seus inimigos. Sobre o nacionalismo fascista e o discurso que o sustenta, Konder (2009, p. 40-41) pontua que essa valorização da nação deve ser “inevitavelmente retórica, precisa ser agressiva, precisa recorrer a uma ênfase feroz para disfarçar seu vazio e tende a menosprezar os valores das outras nações e da humanidade em geral”.

Algumas dessas características também são encontradas no ESP. O racismo marca presença no ESP desde a sua admitida influência no *No Indoctrination* – grupo norte americano que se levantou contra professores que trabalhavam textos de combate à supremacia branca (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017). Encarar como normal e natural o ensino de religiões de ascendência europeia, como a mitologia greco-romana, e chamar de doutrinação qualquer referência em livros didáticos a religiões de matriz africana também evidencia o racismo praticado pelo Escola sem Partido (Penna, 2017). A não tolerância à diversidade e a inadmissão da discordância são observadas quando o ESP rejeita discussões em sala de conteúdos que ponham em cheque a visão de mundo do movimento.

Essa rejeição à diversidade também é visivelmente marcante no ESP quando o movimento defende e estimula a proibição de discussões de políticas de equidade de gênero que favoreçam as mulheres e a comunidade LGBTQIAP+. Podemos classificar esse tipo de postura intolerante com a diversidade – que, inclusive, influenciou na formulação do PNE de 2014 – como homofóbica e machista. Aliás, homofobia e machismo também são características fascistas apontadas por Eco (2018). Em linhas gerais, de acordo com Moura e Salles (2018, p. 158), a concepção educacional do ESP é tão excludente e incompatível com o respeito à diversidade que “quem não faz parte dos setores brancos, cristãos, heteronormativos da sociedade não teriam lugar nessa escola”.

O ESP também alimenta a ideia, ou melhor, a conspiração de que a maioria dos/as professores/as é comunista e que existe um projeto cultural da esquerda, representado pelo Partido dos Trabalhadores, que “controla tudo, a escola, o sistema educacional” (PENNA, 2017, p. 43). E, a sensação de guerra constante – característica fascista –

empreendida pelo movimento está ligada ao “perigo eminente” que a referida “conspiração” representa.

Um dos maiores feitos do ESP foi conseguir que, mesmo sem ter uma lei própria aprovada, a categoria docente seja permanentemente vigiada, vista como mal-intencionada e, conseqüentemente, perseguida através de processos, demissões, censuras e ofensas. Essa espécie de “patrulhamento” constante contra professoras/es foi implementado pelo fascismo clássico como uma “militarização da vida”. Konder (2009) explica que para garantir a implementação do fascismo foi necessário um policiamento de todos os aspectos da vida do país e isso foi efetivado com a ampliação do aparelho repressivo e com a militarização da polícia.

Porém, a contradição dessa medida ajudou na queda do regime. O autor explica que, por mais que a “militarização da vida” garantiu em um primeiro momento – com base na força e no medo – que as pessoas obedecessem aos preceitos fascistas, “as Forças Armadas não podem substituir as forças produtivas, nem podem ocupar o lugar de uma classe social na transformação das relações de produção” (KONDER, p. 136).

É plenamente observável a similaridade desta medida com um dos maiores êxitos do ESP, o qual foi destacado anteriormente. Cabe frisar que, nessa questão do patrulhamento constante, guardadas as devidas proporções, o ESP conseguiu ter mais sucesso que o fascismo clássico, pois o movimento sequer teve uma lei sua aprovada em âmbito nacional.

Mas, a contradição da “militarização do processo educacional” que o ESP proporciona – o patrulhamento constante da atuação docente – também pode ajudar na derrocada do movimento. A retórica de que professores/as são doutrinadores/as pode até garantir privilégios quando impede que estes sejam questionados, problematizados. Mas, não querer combater os privilégios só contribui para ampliar as desigualdades e também não garante a implementação de uma educação que seja capaz de transformar o país – seja em um sentido emancipador ou na perspectiva de um país capitalista desenvolvido. Ainda assim, lembremos que o ESP pode se reinventar – assim como faz o capitalismo, mesmo sendo portador de contradições e crises.

O ESP, além de precarizar a profissão docente, prejudica o futuro da educação e, conseqüentemente, das próximas gerações – principalmente das classes menos abastadas.

Assim, apenas “esperar que o movimento se autoimploda” por conta da sua contradição anteriormente citada é uma péssima postura: primeiro, porque pode sacrificar o futuro do país; e, segundo, porque o ESP pode se reinventar – assim como faz o capitalismo e o fascismo – e o prejuízo pode ser ainda maior.

Voltando as características do fascismo encontradas no ESP, a linguagem agressiva do movimento é destacada por Penna (2017) justamente como estratégia discursiva fascista quando o movimento promove discurso de ódio, se utilizando de termos que desumanizam e depreciam a categoria docente e seus/uas adversários/as. A linguagem agressiva proveniente do fascismo está ligada a outras duas características apontadas por Eco (2018): o irracionalismo e a utilização de linguagem elementar. A tentativa de menosprezar o saber científico e dar o mesmo *status* deste ao senso comum ligado às crenças religiosas e valores morais (Souza; Oliveira, 2017) é uma prova do irracionalismo do ESP.

Já a linguagem elementar, coloquial, adotada pelo fascismo tem como intuito evitar raciocínios profundos e complexos (ECO, 2018). Isso mostra, por um lado, a superficialidade teórica do movimento e, por outro, uma forma de tentar se comunicar mais diretamente com as massas. E, por falar em comunicação, essa foi uma área que o fascismo clássico teve muito sucesso.

Um dos motivos de êxito do fascismo, destaca Konder (2009), possibilitando-o alcançar e se comunicar de maneira exitosa com um grande número de pessoas, foi ter lançado mão de métodos inovadores de propaganda. O autor lembra que o rádio foi essa plataforma que possibilitou o fascismo se comunicar de maneira inovadora, disfarçando, inclusive, o conteúdo conservador do discurso.

Já há algum tempo Penna (2017) vem alertando que, justamente por parecer tão absurdo, por se utilizar por uma retórica rasa, porém eficiente o bastante para fazer com que ele se propagasse cada vez mais, principalmente na internet – um meio moderno, ou melhor, inovador de se comunicar – o ESP foi subestimado e não foi devidamente estudado e combatido pela academia.

O discurso do Escola sem Partido não foi devidamente enfrentado, a meu ver, desde o momento em que ele surgiu, em 2004, justamente por parecer tão absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força, não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais. Esse discurso utiliza-se de uma linguagem

próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforça-las no campo educacional. Os *memes*, imagens acompanhadas de breves dizeres, têm uma grande importância nesse discurso simplista. Então, nós não enfrentamos esse discurso e ele cresceu muito, até que projetos de lei, que incorporam as suas ideias, fossem apresentados nacionalmente e em vários estados do país e nos déssemos conta da ameaça real que ele representava (PENNA, 2017, p. 35).

O ESP encontra mais essa similitude com o fascismo, pois Konder (2009) afirma que este fenômeno histórico também foi subestimado em seu início e a esquerda só o deu a devida importância quando o fascismo já havia ganhado uma grande proporção e se tornou um perigo eminente.

A esquerda, em geral, sentiu desde o começo a mais viva repulsa pelo movimento [fascista] liderado por Mussolini. Mas não se empenhou a fundo em analisá-lo em seus primeiros passos, na medida em que não lhe reconhecia grande importância. Somente quando o movimento se tornou significativo e alcançou uma influência óbvia é que se colocou para os seus adversários da esquerda a tarefa de interpretá-lo e de tentar determinar com rigor suas características específicas, seus traços novos (KONDER, 2009, p. 69).

Nas citações anteriores, de dois textos que foram escritos em um intervalo de quarenta anos – e que acabam sendo remetidos, por conta das correspondências entre si, ao fascismo, um fenômeno que aconteceu há cerca de setenta anos –, junto com as demais conexões demonstradas anteriormente, evidenciam que as similaridade e conexões do ESP com o fascismo chegam a assustar de tão parecidas que são. E isso, por si só, já bastaria para comprovarmos que o fascismo é uma determinação do Escola sem Partido. Mas, antes de encerrar a exposição relacionada ao fascismo enquanto determinação do ESP, é necessário que voltemos a atenção para uma característica basilar que foi pontuada de forma indireta em diversos momentos neste tópico.

Se observarmos, as características fascistas antes apresentadas estão sempre relacionadas de alguma maneira ao nacionalismo exacerbado do fascismo. O nacionalismo, por sua vez, cria o sentimento de pertencimento e orgulho que gera uma coesão entre fascistas e os/as motiva a lutar contra quem seus/as líderes apontam que sejam os/as inimigos/as. Mas, como já explicamos, a nação idealizada fascista é muito diferente do país concreto que se vive. Então, nas palavras do próprio Mussolini (*apud* STANLEY, 2018, p. 21): “Nós criamos o nosso mito. O mito é uma fé, uma paixão. Não é necessário que ele seja uma realidade... Nosso mito é a nação, nosso mito é a grandeza

da nação! E a esse mito, essa grandeza, que queremos transformar numa realidade total, subordinamos tudo”.

Stanley (2018) explica que esse mito que o fascismo cria vai sempre buscar em um passado, que também é mítico – repleto de glórias e virtudes –, os valores necessários à nação para mudar o presente. O autor também pontua que a família patriarcal – o homem como pai, investido de autoridade e força, a exemplo do líder fascista, e a mulher como mãe, submissa ao pai, reprodutora e devotada a cuidar dos/as filhos/as – é um ideal “buscado no passado” para “recuperar o presente”. Isso é o que Eco (2018) chama de “culto à tradição” como característica fascista, impedindo o avanço do saber, tendo sempre o passado, a tradição, como referência de verdade.

Esse resgate à tradição e referência no passado podem ser observados no ESP em pelo menos dois momentos. Um deles é quando Penna (2017) e Moura (2018) apontam que o ESP, em seus Projetos de Lei, defende que os valores morais, religiosos e políticos de pais, mães e responsáveis têm precedência em relação à escola. A intenção subjacente a isso é censurar docentes e impedir que seus/uas filhos/as tenham acesso a conteúdos que destoem de sua visão de mundo.

Prova de que o movimento defende concepções específicas de mundo – como a de um ideal de família heteronormativa, patriarcal e que também se posiciona de maneira homofóbica e racista – é que não se encontram denúncias no site do movimento de pais, mães e responsáveis contra o ensino das referidas concepções. Muito pelo contrário! As denúncias e campanhas do movimento são justamente para apontar o que foge dessa lógica como doutrinação, a exemplo do que destacou Cunha (2016, p. 35) com relação à forma diferente que o movimento encara as religiões de matriz afro-brasileira e as religiões cristãs:

As páginas do movimento ESP e de seus apoiadores trazem exemplos em geral caricatos de professores que usam a sala de aula como espaço de doutrinação político-ideológica, mas é significativo que nenhum caso é divulgado sobre a doutrinação religiosa, o que é mais comum do que aquela. Fica claro que as religiões pregadas, da tradição cristã, são consideradas legítimas pelos defensores do pretense conhecimento objetivo e da neutralidade do ensino, mas a situação mudaria completamente de figura se um docente adepto de religião afro-brasileira ousasse fazer o mesmo.

A outro momento de resgate de um passado mítico que o ESP tem como referência é o modelo educacional implementado no país durante a ditadura militar – que também perseguiu professores/as e propôs, através do tecnicismo, não trabalhar conteúdos de forma que problematisassem e questionassem a realidade desigual e antidemocrática que estava posta. Ao analisar um dos projetos de lei ligados ao ESP, Moura (2018) notou que a justificativa do projeto defendia a educação implementada na ditadura como modelo a ser seguido com relação à educação moral. Esse modelo educacional que o ESP tem como referência, para a autora, “diz muito sobre qual o ideal de educação (e de sociedade) de seus propositores. A abertura política possibilitou a inclusão de novos atores sociais, o que identificamos como um incômodo para os grupos conservadores” (Moura, 2018, p. 96).

E, sobre o “mito da nação” do fascismo, pelo menos explicitamente, este não é defendido pelo ESP. Apesar disso, cabe lembrar que um dos seus principais apoiadores, Jair Bolsonaro – que manifesta diversas características fascistas elencadas aqui – é chamado de “mito” e defende o um “passado mítico” – a ditadura cívico-militar brasileira – e o “mito da nação” com uma nova roupagem que mistura fundamentalismo religioso com fascismo: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Ainda assim, defendemos que o mito inventado e construído pelo próprio movimento é outro. Entendemos que o mito que mobiliza os/as defensores das pautas do ESP, mesmo sem a aprovação a nível nacional de uma lei com o seu programa, é o de que a esquerda domina a educação através dos/as professores/as e que estes/as são doutrinadores/as.

Esse mito é tão descolado da realidade, tão falso – assim como é o mito fascista – que se ele fosse verdade, por exemplo, a “massa crítica formada pela educação nacional” não teria eleito Jair Bolsonaro, um extremista de direita, neofascista, como presidente da República em 2018. Mas, o mito do ESP é tão eficiente que, como explicitado anteriormente, consegue bancar uma mobilização constante, uma permanente sensação de guerra contra a esquerda na educação, gerando uma conseqüente perseguição e ataque à categoria docente, comprometendo assim a liberdade de ensinar e de aprender, e influenciando na formulação de políticas públicas de grande importância, como o PNE.

Ao falar sobre as novas manifestações fascistas que o mundo está observando, dentre elas Jair Bolsonaro, Löwy (2020) explica que essas novas aparições não são iguais

em todos os lugares, mas guardam algumas convergências entre si – como a ideologia repressiva e o ataque às ditas minorias sexuais. Löwy (2020, p. 14) propõe “designar como neofascistas líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico”, mas que não sejam uma reprodução idêntica do passado – até porque, como já explicamos, as manifestações fascistas do passado não eram “cópias exatas” do fascismo italiano. Dessa forma, tomando como base a inflexão feita pelo autor e a discussão desenvolvida até aqui sobre o fascismo, sua dinamicidade e suas similaridades e conexões com o ESP, o ESP pode ser caracterizado como um movimento neofascista.

Conclusão

O presente estudo demonstra que, assim como aconteceu com o fascismo clássico no início do século passado, a crise cumpriu papel determinante para o Escola sem Partido num cenário que envolve instabilidade e incertezas. O produto desta operação favoreceu a manifestação de características fascistas que são perfeitamente identificáveis e determinantes na estrutura e funcionamento do movimento analisado.

Dentre as características elencadas no trabalho que, como demonstrado, conectam fascismo ao ESP, sendo facilmente observáveis neste último, estão o anticomunismo, o alinhamento político à direita, o apelo às classes médias frustradas, as diferentes bases teóricas, o populismo qualitativo, a obsessão por conspirações, a sensação de guerra constante, a retórica agressiva, o racismo, o machismo, a homofobia, a não tolerância com a diversidade, o irracionalismo, a linguagem elementar, a utilização de métodos inovadores de propaganda, o culto a tradição, a defesa de um passado mítico e a sustentação de um mito próprio do movimento: o mito que a esquerda domina a educação e promove doutrinação.

Como nos ensina o Materialismo Histórico-dialético, para compreender o objeto que estamos estudando é necessário ter o entendimento que ele não é autônomo, independente. Ou seja, o nosso objeto – sua essência, sua aparência e a interação entre ambos – é resultado da conexão com seus determinantes. Neste sentido, as contribuições que buscamos trazer ao longo deste trabalho demonstraram que o fascismo se configura como um dos determinantes para o Escola sem Partido. E, justamente por conta das

similaridades que denotam o forte traço fascista contido no movimento, sendo este uma das recentes aparições deste fenômeno histórico, podemos afirmar que o Escola sem Partido é um movimento neofascista.

Apesar da visibilidade que o ESP tem no momento atual estar muito distante da relevância que o movimento teve nos seus momentos de auge, as pautas encampadas por ele – como o anticomunismo, a suposta doutrinação que é realizada por docentes, o combate a suposta ideologia de gênero – continuam permeando o debate público, seja nas falas de políticos/as de direita e extrema-direita, ou nas redes sociais e discussões cotidianas. Isso evidencia que não podemos subestimar, muito menos tolerar, o Escola sem Partido assim como as posturas e manifestações fascistas, antidemocráticas e autoritárias observadas na atualidade. Não nos esqueçamos de que tanto o fascismo histórico, como o ESP, foram subestimados em seu início e a proporção que estes fenômenos ganharam resultou em enormes estragos.

Compreender a fundo o Escola sem Partido, seus determinantes, as suas influências, como fizemos aqui, traz elementos que nos ajudam a entender também o atual cenário social, econômico, político e de intolerância que o Brasil vive – já que este movimento foi um dos grupos pertencentes à nova direita que contribuiu para depor Dilma, eleger Jair Bolsonaro e atacar direitos conquistados. Da mesma maneira, entendemos que se faz necessário o aprofundamento dos estudos sobre a nova direita, os grupos que pertencem a ela, a compreensão de seus determinantes, suas influências, de suas intenções, de como atuam. A ampliação dos estudos sobre a nova direita é salutar não só para a compreensão do período histórico atual no Brasil. Mas, também para evitar o recrudescimento e o avanço de tais grupos, que carregam consigo pautas autoritárias, de desrespeito à diversidade, de regressão a direitos sociais conquistados a tão duras penas e que ameaçam educadores/as que defendem uma educação verdadeiramente democrática, crítica e emancipadora.

Referências

- ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org). *Escola “sem” Partido – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 63-75.
- BOLSONARO, Jair. Plano de Governo – Jair Bolsonaro 2018. Site de Flavio Bolsonaro. 2018. Disponível em: <

- https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf
>. Acesso em: 19 de mar. 2021.
- COSTA, Iná C. *Dialética do marxismo cultural*. São Paulo: Expressão popular, 2020.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O projeto reacionário de educação*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2016.
- ECO, Umberto. *Fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.
- ESPINOSA, Betty R. S.; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). *Escola “sem” Partido – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 49-62.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- IASI, Mauro Luís. Nosso guia na floresta de papel: o artífice da palavra clara. In: KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 9-20.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LACERDA, Marina B. *O novo conservadorismo brasileiro: de Regan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.
- LÖWY, Michel. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Luiz Barbosa (Orgs.). *Giro à direita: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador*. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 13-19. Disponível em <
<https://www.deposita.ibict.br/bitstream/deposita/148/2/1%20giro%20a%20direita%201%2019.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2020.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editora, 2011
- MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito & Práxis*. Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, 2016. Disponível em: <
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- MIRANDA, Hilheno O. O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, p. 186. 2022.
- MIRANDA, Hilheno O.; PIRES, Ennia Débora P.B. A crise como determinante do Escola sem Partido. In: 40ª Reunião Nacional da ANPED, 2021, Manaus/AM. Anais da 40ª Reunião Nacional da APNED, GT 14 – Sociologia da Educação, 2021a. Disponível em <
http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=21>. Acessado em: 28 fev. 2024.
- MIRANDA, Hilheno O.; PIRES, Ennia Débora P.B. A disputa reacionária pela educação: reflexões para além da educação escolarizada. *Revista Poliges*, Itapetinga, v. 2, n. 1, 2021b. Disponível em: <
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/8479/576>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MOURA, Fernanda P. de; SALLES, Diogo da C. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. *Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades* - Periódicos, n. 9, v. 1, Salvador, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/25742> >. Acesso em: 07 jul. 2021.

MOURA, Fernanda P. de. O movimento Escola sem Partido e a reação conservadora contra a discussão de gênero na escola. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) *Educação democrática – antídoto ao Escola sem Partido*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 89-110.

PENNA, Fernando de A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *Escola “sem” Partido – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 35-48.

PENNA, Fernando de A.; SALLES, Diogo da C. A dupla certidão de nascimento do Escola sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: MUNIZ, Altamar de C.; LEAL, Tito B. (Orgs.). *Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2017. p. 13-38.

RÊSES, Erlando da S. A construção do método no materialismo histórico-dialético e a atualidade do pensamento marxista no contexto da crise econômico-financeira. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José V. de; SILVA, Maria Abádia da. (Orgs.). *O método dialético na pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 153-174.

SALLES, Diogo da C.; SILVA, Renata da C. A. da. O Escola sem Partido na desdemocratização brasileira. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). *Educação democrática – antídoto ao Escola sem Partido*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p.153-174.

SOUZA, Rafael de F. e; OLIVEIRA, Tiago F. de. A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *Escola “sem” Partido – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro/RJ: LPP/UERJ, 2017. p. 121-132.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo – a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam a experiência do sagrado nas religiões. In: SOLANO, Esther. (Org.). *Ódio como política - A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 80-86.